

Os "exit bonds" foram incluídos

A novidade do acordo da dívida externa, cujas linhas gerais foram anunciadas ontem pelo ministro da Fazenda, Maílson da Nóbrega, é a destinação previamente acertada dos US\$ 5,2 bilhões para o refinanciamento de juros vencidos. Essa parcela, que Maílson chama de *dinheiro novo*, na verdade não servirá a novos investimentos no país, e corresponde aos juros vencidos que o Brasil não pagará imediatamente, sendo incorporados ao principal da dívida.

Para pagar esse refinanciamento, o país terá 12 anos de prazo, sendo cinco de carência. Esses recursos poderão ser pagos através da conversão da dívida em investimento, em bônus de saída ou bônus tradicionais do Tesouro brasileiro, mas também poderão ser usados como contrapartida em financiamentos do Banco Mundial (Bird). Já está definido que US\$ 600 milhões se destinarão à restauração de linhas comerciais (de curto prazo) para o Brasil.

Essa destinação antecipada do dinheiro do refinanciamento de juros é um ingrediente novo na negociação. Maílson não quis dar detalhes sobre o assunto, alegando que tudo será explicado no comunicado conjunto.

No caso de servir à contrapartida brasileira em projetos do Bird, a utilização do refinanciamento terá de ser coberta futuramente com reservas brasileiras, pois se trata de um desembolso exigido do governo para a contratação de projetos com o banco. A destinação para conversão da dívida terá regras específicas, diferentes das que vigoram para o *dinheiro velho*, disse Maílson. Provavelmente será redigida uma nova resolução do Banco Central para essa conversão, que o Brasil concordou seja feita sem deságio (desconto).

O Brasil conseguiu incluir no acordo o lançamento de bônus do Tesouro e de um título novo, os chamados bônus de saída (*exit bonds*). No segundo caso, o título será emitido pelo Tesouro ou pelo Banco Central, com prazo de resgate de 25 anos, sendo 10 de carência. E juros fixos de 6% ao ano. Sua finalidade será criar uma alternativa, principalmente para os pequenos credores que quiserem negociar seus créditos no mercado secundário.